

# **ANÁLISE DO CONTEÚDO DOS PLANOS DE ENSINO DAS DISCIPLINAS DA ÁREA DE CONTABILIDADE GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL E DO CONTEÚDO EXIGIDO NO EXAME DE SUFICIÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE<sup>1</sup>**

Thaíse Hupel da Silva Oliveira<sup>2</sup>

Márcia Bianchi<sup>3</sup>

Ariel Behr<sup>4</sup>

## **RESUMO**

Para o exercício da profissão contábil é necessária a aprovação no exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o qual serve como uma certificação de que o bacharel em Ciências Contábeis está apto a exercer a profissão. Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar a relação entre os conteúdos abordados nos planos de ensino das disciplinas de Contabilidade Geral do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e os conteúdos abrangidos no exame de suficiência aplicado pelo CFC. Sendo assim, foi realizada uma pesquisa descritiva, documental, com abordagem qualitativa, analisando os conteúdos contemplados pela UFRGS e o edital do primeiro semestre de 2015 do exame de suficiência do CFC. Observou-se que há apenas seis itens exigidos no exame de suficiência, na área de Contabilidade Geral, que não são contemplados nos planos de ensino. Assim sendo, o conteúdo ministrado pela UFRGS, no que tange à Contabilidade Geral, está fortemente relacionado com as exigências do exame de suficiência do CFC, contemplando conhecimentos necessários para que o aluno se desenvolva na área acadêmica e profissional. Portanto, a partir deste estudo os responsáveis pela elaboração dos planos de ensino do curso de Ciências Contábeis da UFRGS conseguem ter uma noção mais adequada dos conteúdos que devem ser aprimorados nas disciplinas referentes à área de Contabilidade Geral de maneira a satisfazer as exigências do exame de suficiência do CFC.

**Palavras-chave:** Exame de Suficiência. Conselho Federal de Contabilidade. Contabilidade Geral. UFRGS.

## **ANALYSIS OF SYLLABUS OF THE GENERAL ACCOUNTING COURSE AT UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL IN RELATION TO CONTENTS COVERED BY THE PROFICIENCY EXAM APPLIED BY THE CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2015, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (thaise.hupel@gmail.com).

<sup>3</sup> Orientadora. Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (marcia.bianchi@ufrgs.br).

<sup>4</sup> Coorientador. Doutor e Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (ariel.behr@ufrgs.br).

## ABSTRACT

An Accounting bachelor, in order to exercise the Accounting profession, has to be approved in the mandatory proficiency exam applied by the Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Thus, this study aims to analyze the relationship between the subjects of the General Accounting syllabus of Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) and the contents of the proficiency exam mentioned above. So, a descriptive and documental research, with a qualitative approach was applied, analyzing the relation of the contents covered by UFRGS and the CFC public notice for the first semester of 2015 proficiency exam. It was observed that there are only six items required by the examination of proficiency that are not included in the syllabus of the General Accounting area. Thus, the content taught by UFRGS, regarding to General Accounting, is strongly related to the requirements of CFC's proficiency exam, contemplating the knowledge necessary for a student to develop in both academic and professional fields. Therefore, this study can be used as a starting point for the responsables in formulating the syllabus of General Accounting syllabus at UFRGS, so they can have a clearer notion of what contents should be improved in the subjects related to the area of General Accounting in order to fulfill the requirements of the examination proficiency of the CFC.

**Keywords:** Proficiency Exam. Conselho Federal de Contabilidade. General Accounting. UFRGS.

## 1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é, em um âmbito geral, o estudo das mutações do patrimônio de uma entidade, com o objetivo de entender e prever seu comportamento. Logo, pode-se inferir que a Contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análise de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, relacionada à entidade objeto de contabilização (MARTINS et al., 2013).

Em se tratando do ensino superior de Contabilidade, o art. 4º da Resolução nº 10/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior (CES) descreve que o curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar a formação de um profissional que tenha competência e habilidade para demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil, elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis, entre outros (BRASIL, 2004).

Contudo, percebe-se que para ser um profissional qualificado e de destaque é necessário não apenas ter conhecimento técnico na área, como também adquirir competências de outras ciências que se entrelaçam na execução das atividades básicas do contador. Nesse sentido, asseguram Fernandes e Antunes (2010) que como o mercado atual é dinâmico e

competitivo, o contador deve ter ampla noção de gestão de negócios para que consiga tomar decisões importantes dentro da empresa, e não ser apenas aquele profissional que realiza cálculos e elabora relatórios.

Conforme relatam Chiarini e Vieira (2012), a universidade é responsável pelo processo de concepção e dispersão de novos conhecimentos e de novas tecnologias, além de preparar a capacidade de absorção de novas informações pela sociedade. Diante dessa situação, tendo em vista que a universidade é o local no qual se aprende a base de toda a teoria que será aplicada na prática, entende-se que nela encontra-se a principal fonte de conhecimento. Sendo assim, é durante o andamento do curso que o contador irá buscar recursos para uma formação qualificada a fim de tornar-se um bom profissional.

Dessa forma, aquilo que é contemplado na grade curricular durante a graduação deverá contribuir para o aprimoramento da capacidade de projetar, coordenar e controlar processos, tanto de gestão financeira, quanto orçamentária e ainda analisar e interpretar as modificações que ocorrem sob o aspecto econômico, financeiro e patrimonial das empresas. É perceptível que a formação não é determinante para a competência profissional, porém, os melhores profissionais normalmente são aqueles formados nas instituições mais qualificadas, cujas grades curriculares são mais completas.

No curso de Ciências Contábeis, há um exame que determina se o profissional recém-formado está apto a atuar no mercado de trabalho, é o chamado exame de suficiência, que foi instituído em definitivo pela Lei nº 12.249/2010 e é elaborado e aplicado pelo órgão de classe, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Pode-se considerar esse exame como um referencial teórico do conteúdo que deve ser abrangido na graduação, visto que expõe, a nível nacional, se o candidato domina os fundamentos necessários. Em outras palavras, o exame de suficiência serve como uma certificação que o Contador é capaz de exercer a profissão.

Dessa forma, é necessário que haja uma reflexão a respeito da abordagem dos conteúdos relacionados aos elementos do currículo de Ciências Contábeis na universidade. Deve-se, portanto, averiguar se a atual grade curricular do curso está adequada para preparar para o exame de suficiência e se é satisfatória para o futuro profissional no que tange as exigências do mercado de trabalho.

Diante o exposto, surge a questão que motiva esta pesquisa: qual a relação entre os conteúdos abordados nos planos de ensino das disciplinas de Contabilidade Geral do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e os conteúdos abrangidos no exame de suficiência aplicado pelo CFC? Sendo assim, este estudo tem por

objetivo analisar a relação dos conteúdos abordados nos planos de ensino das disciplinas de Contabilidade Geral da UFRGS e os abrangidos no exame de suficiência do CFC.

Este artigo está organizado, além desta introdução, em uma base teórica sobre o exame de suficiência do CFC; o conceito de contabilidade; as disciplinas existentes no currículo da UFRGS; e sobre estudos relacionados a este assunto. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos, e a análise dos dados, nesta ordem. Por fim, são apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Inicialmente discorre-se sobre o ensino de contabilidade no Brasil, a proposta curricular emitida pela ONU/UNCTAD/ISAR, as diretrizes curriculares nacionais de cursos de Ciências Contábeis emanadas pelo Ministério de Educação, a proposta curricular elaborada pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como as disciplinas abrangidas na grade curricular da UFRGS e o exame de suficiência do CFC. São abordados, também, estudos relacionados com o assunto, a fim de aprofundar essa pesquisa.

### **2.1 O ENSINO CONTÁBIL DE NÍVEL SUPERIOR**

Sacristán (2008, p. 14) define o currículo como o “conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo [...], como programa de atividades planejadas, devidamente sequencializadas, ordenadas metodologicamente, como resultados pretendidos de aprendizagem”. Assim sendo, percebe-se que é por meio do currículo do curso que é formado o novo profissional. Pode-se fazer tal afirmação tendo em vista o fato de o indivíduo ser moldado, fundamentalmente, naquilo que se aprende durante a universidade, pois é o local onde se adquire o conhecimento técnico.

As grades curriculares dos cursos de ensino superior são importantes por ser o meio pelo qual os alunos têm o principal contato com a matéria objeto do estudo do seu curso. Então, o currículo tem por objetivo prover o perfil profissional desejado no mercado de trabalho, isto é, um profissional com capacidades técnicas e gerenciais, o qual alia competência com fundamentação teórica. Nesse contexto, o currículo pleno “deverá propiciar ao Contador o conhecimento integrado e completo sobre o Patrimônio e suas variações, tanto em termos passados quanto prospectivos, e das informações derivadas desse conhecimento,

bem como de sua utilização nas tomadas de decisão durante a gestão” (KOLIVER, 1999a, p. 746).

Szuster et al. (2009, p. 17), defendem que “a Contabilidade é a ciência social que tem por objetivo medir, para poder informar, os aspectos quantitativos e qualitativos do patrimônio de quaisquer entidades”. Ademais, segundo Padoveze (2010, p. 37) pode-se definir contabilidade como a “ciência do controle econômico do patrimônio de uma entidade”.

Dessa forma, denota-se que a Contabilidade é,

objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade no que tange à entidade objeto da contabilização. A Contabilidade Financeira (ou Societária), a linguagem dos negócios objetiva mostrar a saúde financeira da empresa (SZUTER et al., 2009, p. 18).

Assim sendo, no âmbito da Contabilidade Societária percebe-se que é por meio da Lei 6.404/76 que é estipulada as principais diretrizes das Sociedades por Ações (BRASIL, 1976).

O ensino de contabilidade no Brasil “iniciou-se no século XIX com as Aulas de Comércio e do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808” (VENDRUSCOLO; BEHAR, 2014, p. 83). Nesse mesmo ano, foi instituída a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, por meio do alvará publicado em 23 de agosto. Segundo Peleias e Bacci (2004, p. 3) tal documento “determinou a adoção do sistema de partidas dobradas, para controle dos bens”.

Entretanto, conforme apontam Silva e Souza (2012, p. 3) “a primeira regulamentação contábil ocorreu em 1869, pelo Decreto Imperial nº 4.475, com a fundação da Associação dos Guarda-Livros da Corte. Tal fato reconheceu, oficialmente, a primeira profissão liberal regulamentada no país”. Desde aquela época até então, houveram inúmeros acontecimentos relacionados ao estudo contábil. No entanto, o curso superior de Ciências Contábeis propriamente dito surgiu apenas em 1945, por meio do Decreto Lei nº 7.988, de 22 de setembro.

Devido ao cenário atual de modificações na área contábil, estão ocorrendo diversas alterações nas normas do Brasil e também de inúmeros países. Tal fato acontece com o intuito de que haja uma convergência aos padrões e às normas internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) editadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (CAVALCANTE et al., 2011). Sendo assim, A ONU (Organização das Nações Unidas), por meio de setores como a UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*) e o ISAR (*International Standards of Accounting and Reporting*), ONU/UNCTAD/ISAR, desenvolveu um projeto de currículo para os cursos de Ciências

Contábeis, o qual pode ser utilizado como guia por qualquer instituição de ensino para a elaboração de seus programas curriculares.

O currículo internacional proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR visa adaptar o currículo do curso de Ciências Contábeis ao contexto internacional. Esse projeto foi denominado de Currículo Mundial (CM), o qual apresenta os principais conhecimentos necessários para realizar um trabalho de qualidade no mundo inteiro (CAMPOS; LEMES, 2011). De acordo com Mulatinho (2007, p.32) as diretrizes educacionais desse currículo evidenciam:

[...] a importância de se desenvolver um currículo que aborda disciplinas de conhecimentos gerais e técnicos, bem como desenvolver habilidades e consciência profissional, com base em avaliações de competência e da educação continuada, e se estes estão concatenados com as prerrogativas de um mundo altamente interligado.

Nesse contexto, denota-se que o Currículo Mundial é “resultado das transformações que estão ocorrendo no mundo dos negócios, provocadas pela globalização” (CAMPOS; LEMES, 2011, p. 2).

Atualmente, os currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil são regulamentados pela resolução do Conselho Nacional De Educação (CNE) nº 10, de 16 de dezembro de 2004, a qual instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Nesse sentido, o art. 3º da resolução CNE/CES determina:

O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

- I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação (BRASIL, 2004).

Dessa forma, a resolução tem como objetivo “assegurar que todos os alunos tenham o conhecimento, uma base específica para desenvolver as capacidades e competências necessárias para o exercício da profissão, independentemente da instituição em que estudem” (TEDESCO, 2012, p.2). Além disso, conforme Frosi, Ott e Grando (2013) tal medida articula que a formação profissional deve gerar a ampliação das competências e habilidades dos profissionais do futuro e não somente mirar conteúdos.

Visando atingir a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, de acordo com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio, os cursos de Ciências Contábeis devem abranger na sua grade curricular conteúdos que evidenciam

conhecimento do cenário econômico financeiro a nível nacional e internacional (BRASIL, 2004). Tais conteúdos são divididos em três grandes grupos, conforme descrito no Quadro 1:

**Quadro 1 - Conteúdos Programáticos das Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Contábeis**

<b>Formação</b>	<b>Conteúdos Programáticos</b>
I - Básica	Estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística.
II - Profissional	Estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado.
III - Teórico-Prática	Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Fonte: Elaborado a partir do artigo 5º da Resolução CNE/CES (BRASIL, 2004).

Por muitos anos o órgão responsável pela normatização, registro e fiscalização da profissão contábil no Brasil, o chamado Conselho Federal de Contabilidade, está se esforçando para atender as constantes solicitações sobre os conteúdos que devem compor a formação dos profissionais dos contabilistas e o aperfeiçoamento do ensino superior de Ciências Contábeis. Então, o CFC elaborou uma Proposta Nacional de currículo para o curso. Tal medida foi adotada como intuito de criar um parâmetro para a educação de Contabilidade (CARNEIRO et al., 2009).

Conforme Carneiro et al. (2009), a proposta do Conselho Federal de Contabilidade foi elaborada em consonância com a Resolução MEC CNE/CES n.º 10/04 e apresenta as disciplinas do curso de Ciências Contábeis organizadas em 3 (três) Eixos Temáticos, quais sejam: formação básica, formação profissional e formação teórico-prática. Ou seja, são as mesmas áreas propostas pela Resolução do MEC.

## 2.2 EXAME DE SUFICIÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)

No ano de 1999, o Conselho Federal de Contabilidade observou a necessidade da realização de uma prova que comprovasse a posse de conhecimentos gerais e técnicos e atributos mínimos para o exercício profissional (KOLIVER, 2005). Então, em 26 de março de 2000 foi realizado o primeiro exame de suficiência no Brasil, em âmbito nacional. Posteriormente ocorreram exames a cada seis meses até setembro de 2004. Como tal exame representou

a comprovação da insuficiência da formação, o fato contrariou diretamente os interesses de muitas entidades de ensino, e o resultado foi o surgimento de uma grande quantidade de ações civis públicas buscando a eliminação da obrigatoriedade da aprovação no exame para a obtenção de registro em Conselho Federal de Contabilidade. Ao final, o exame foi proibido em um Estado e tornado opcional em outros sete, incluindo São Paulo, o que inviabilizou seus objetivos maiores (KOLIVER, 2005, p. 1017).

Em 2010 a Lei nº 12.249 instituiu a obrigatoriedade do exame de suficiência (BRASIL, 2010). Tal exame é fundamental para a certificação de que o bacharel em Ciências Contábeis está apto a exercer a profissão. Sendo assim, a Norma Brasileira de Contabilidade nº 1.373 de 2011 (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011), o define como sendo “a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de Técnico em Contabilidade”.

Segundo defende Koliver (1999b), o exame de suficiência é necessário devido aos desníveis na qualidade de ensino no que tange os cursos de graduação em Ciências Contábeis e os cursos técnicos em Contabilidade. Percebe-se que “enquanto alguns (cursos) ostentam níveis de primeiro mundo, outros não ultrapassam, qualitativamente falando, aqueles de um curso médio direcionado para uma área específica” (KOLIVER, 1999b, p. 751).

Nesse sentido, o artigo 12 do Decreto-Lei nº 9.295/46 que foi alterado pela lei 12.249/2010 evidencia que a fiscalização do exercício da profissão contábil é exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade e que para atuar como contador é estritamente necessário ter concluído curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e ter obtido média para ser aprovado no exame de suficiência (BRASIL, 2010).

O exame de suficiência é aplicado duas vezes por ano, um em cada semestre e a média para aprovação é acertar no mínimo 50% dos pontos possíveis. Tal prova

objetiva avaliar o raciocínio, a capacidade de mobilização de saberes e a interdisciplinaridade para compreensão de situações-problema, exigindo que o aluno busque, a partir de seu acúmulo de experiências acadêmicas, os conhecimentos necessários para a resolução adequada de situações práticas (SILVA; COLAUTO, 2014, p. 2).

Então, Schmitz (2008, p. 20) afirma que “o exame de suficiência visa ao atendimento de um nível mínimo de conhecimentos necessários ao bom desempenho das atribuições do Contabilista”. Nesse contexto, conforme ressaltam Silva e Colauto (2014), a finalidade é avaliar se os concluintes, ao chegar ao mercado de trabalho, compreendem questões referentes à construção dos conhecimentos, com base em um rol de habilidades e competências para que sejam utilizadas para resolução de problemas diários na profissão do contador.



### 2.3 CURRÍCULO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRGS

Conforme menciona Barbosa (2009), verifica-se que a origem de curso de Contabilidade da UFRGS deu-se em 1909, momento em que foi fundada a Escola de Comércio de Porto Alegre. Tal escola era composta por 2 (dois) cursos, sendo eles o geral, de 3 (três) anos e o superior, com 2 (dois) anos de duração.

O curso geral, apesar de não ser um curso especificamente de Contabilidade, muito se assemelhava, tendo em vista que formava técnicos habilitados para atuar como perito judicial, guarda-livros e em empregos da fazenda (BARBOSA, 2009). Já o curso superior, no qual era imprescindível a conclusão do curso geral para o ingresso, abrangia disciplinas mais profissionalizantes, visto que preparava profissionais para atuar como “agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhia de seguros, chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e grandes empresas comerciais” (CORAZZA, 2009, p. 16).

Em 1945, o Decreto Lei nº 7.988, em seu artigo 3º, dispôs sobre o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, o qual apresentava duração de quatro anos, dividido da seguinte forma:

1ª série: análise matemática, estatística geral e aplicada, contabilidade geral, ciência da administração, economia política; 2ª série: matemática financeira, ciência das finanças, estatística demográfica, organização e contabilidade industrial e agrícola, instituição de direito público; 3ª série: matemática atuarial, organização e contabilidade bancária, finanças das empresas, técnica comercial, instituições de direito civil e comercial, 4ª série: organização e contabilidade de seguros, contabilidade pública, revisões e perícia contábil, instituições de direito social, legislação tributária e fiscal, prática de processo civil e comercial (BRASIL, 1945).

O Decreto Lei nº 9.295/46 criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade, com o intuito de regular e fiscalizar a profissão contábil (BRASIL, 1946). Em 1951, a Lei 1.401 tornou o curso de Ciências Contábeis independente do curso de Ciências Atuariais (BRASIL, 1951).

O currículo de Ciências Contábeis da UFRGS, atualmente, de acordo com Rocha (2008, apud BARBOSA, 2009), está focado para o mercado de trabalho, dessa forma, foi elaborado basicamente em 4 (quatro) áreas de conhecimento, quais sejam: contabilidade de custos, contabilidade societária, contabilidade pública e auditoria.

Sendo assim, o curso é dividido em 8 (oito) etapas (semestres) contendo as disciplinas listadas a seguir, além de 6 (seis) cadeiras eletivas e os créditos complementares:

1º semestre: álgebra linear e geometria analítica, contabilidade introdutória, introdução à administração, língua portuguesa, matemática financeira; 2º semestre: análise administrativa, cálculo diferencial e integral, contabilidade intermediária, instituições de direito, teoria econômica; 3º semestre: análise microeconômica, contabilidade societária I, direito comercial, estatística geral I, organização da

produção; 4º semestre: análise macroeconômica, contabilidade de custos I, contabilidade governamental, contabilidade societária II, introdução ao direito do trabalho; 5º semestre: análise das demonstrações contábeis, contabilidade de custos II, contabilidade governamental II, contabilidade internacional, direito tributário I, ética e legislação profissional; 6º semestre: administração financeira, análise de custos, estágio curricular supervisionado, metodologia de pesquisa em contabilidade e atuária, sistema de informações gerenciais I, teoria da contabilidade; 7º semestre: auditoria I, contabilidade e planejamento tributário I, planejamento contábil I, projeto de pesquisa em ciências contábeis, sistema de informações gerenciais II, tópicos contemporâneos de contabilidade; 8º semestre: auditoria e perícia contábil aplicada, contabilidade e planejamento tributário II, controladoria, planejamento contábil II, trabalho de conclusão de curso (UFRGS, 2015).

Consoante apontam Pinheiro et al. (2011, p. 94-95) o currículo do curso passou por diversas modificações com o intuito de “acompanhar o crescimento do mercado e as demandas da sociedade, adequando-se ao desenvolvimento da tecnologia, adaptando-se as alterações societárias e a convergência às normas internacionais de contabilidade e incentivando a produção científica”.

## 2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

Existem diversos estudos tratando da relação entre a grade curricular de universidades e conteúdos abrangidos no exame de suficiência do CFC. Sendo assim, foram utilizados alguns desses como embasamento desta pesquisa.

Schmitz (2008) elaborou um estudo objetivando verificar a aderência do currículo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) às exigências das provas do ENADE e CFC, por meio da sua análise/correlação com as questões de ambas as provas. Concluiu-se que o Currículo da UFSC atende às exigências legais e também às exigências dos Exames de Suficiência e do ENADE, contemplando conhecimentos necessários para que o aluno possa desenvolver-se tanto na área acadêmica quanto profissional.

Silva e Souza (2012) apresentaram um estudo para verificar a aderência e o grau de compatibilidade dos conteúdos curriculares da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU) ao ENADE e ao exame de suficiência relativos à área de custos. Foi constatado que as disciplinas do curso de Ciências Contábeis atendem tanto às exigências legais, quanto as exigências de ambos os exames

Hein, Kottwitz e Wissmann (2012) elaboraram um estudo com o objetivo de identificar de que forma os conteúdos de contabilidade de custos abordados pelas IES estão adequados com as questões do exame de suficiência do CFC. Verificaram, então, que não há forte relação entre o que está sendo ensinado e aquilo que é cobrado no exame.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa realizada neste estudo foi classificada quanto aos seguintes aspectos: (a) pela forma de abordagem do problema, (b) de acordo com seus objetivos e (c) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Conforme a forma de abordagem do problema, esta pesquisa possui caráter qualitativo, pois estabelece comparações entre os parâmetros curriculares relativos às disciplinas do curso de Ciências Contábeis da UFRGS, por meio do exame de suficiência do CFC. Dessa forma, o estudo é qualitativo por “descrever a complexidade do problema e analisar a interação de suas variáveis entre si e com o todo” (OLIVEIRA, 2011, p. 82).

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa foi classificada como descritiva, visto que “a pesquisa descritiva procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão, com os outros, sua natureza e características, correlacionando fatos ou fenômenos sem manipulá-los” (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 49). O presente estudo aborda a relação entre o que é ensinado nas cadeiras do Curso Contabilidade e o que é cobrado no exame de suficiência do CFC, analisa os dados obtidos na comparação e os interpreta.

De acordo com os procedimentos técnicos utilizados, o trabalho se classificou como pesquisa documental por organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta. Sendo assim, a coleta de dados deu-se através das informações disponíveis no site da UFRGS. Com relação às provas anteriores e o edital do exame de suficiência, foram retirados do site da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC). Em seguida, foram compilados os dados, analisados e interpretados com o auxílio dos artigos, selecionando as informações que mais se relacionam com o objetivo desse estudo.

### **4 ANÁLISE DOS DADOS**

Para a coleta dos dados desta pesquisa, foram utilizadas a matriz curricular do curso de Ciências Contábeis da UFRGS e os planos de ensino das disciplinas da área de Contabilidade Geral, bem como o edital do exame de suficiência do CFC do primeiro semestre de 2015. No entanto, para a análise, utilizou-se apenas os conteúdos da prova aplicada para bacharéis em Ciências Contábeis, excluindo-se, assim, aqueles aplicados para técnicos em contabilidade.

Dessa forma, conforme se depreende da análise da matriz curricular da UFRGS e da análise dos planos de ensino, identificaram-se as disciplinas que são abordadas no exame de

suficiência do CFC no que tange à Contabilidade Geral, as quais são melhores elucidadas no Quadro 2:

**Quadro 2 - Relação das disciplinas referentes à Contabilidade Geral**

Conteúdo do Edital do Exame de Suficiência	Disciplinas do curso de Ciências Contábeis UFRGS
CONTABILIDADE GERAL	Contabilidade Introdutória
	Contabilidade Intermediária
	Contabilidade Societária I
	Contabilidade Societária II
	Contabilidade Internacional

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2015).

Percebeu-se, então, que o currículo de Contabilidade da UFRGS abrange 5 (cinco) disciplinas referentes à Contabilidade Geral.

Primeiramente, foi examinada a ementa da disciplina de Contabilidade Introdutória e a sua relação com o conteúdo exigido no exame de suficiência do CFC, conforme ilustra o Quadro 3:

**Quadro 3 - Relação entre a disciplina de Contabilidade Introdutória da UFRGS e o Exame de Suficiência do CFC**

Conteúdo UFRGS	Conteúdo Exame de Suficiência CFC
<b>Contabilidade:</b> Campo de Aplicação, Objeto e fins da contabilidade. Breve referência sobre a evolução histórica da ciência contábil.	TEORIA DA CONTABILIDADE
<b>Estática patrimonial:</b> Conceito de bens e direitos	<b>a) Patrimônio e Variações Patrimoniais:</b> Conceituação
Ativo, passivo e patrimônio líquido	Ativos, passivos, patrimônio líquido
Configurações do estado patrimonial	Aspecto qualitativo e quantitativo do patrimônio
Fontes do patrimônio líquido	Registros de mutações patrimoniais
Representação gráfica dos estados patrimoniais	Representação gráfica do patrimônio
Equação patrimonial básica	Equação básica da contabilidade
Capital: conceitos básicos	Formação, subscrição e integralização de capital
<b>Procedimentos Contábeis básicos segundo o método das partidas dobradas:</b> Contas, débito e crédito	<b>b) Plano de contas e procedimentos de escrituração:</b>
	Classificação (patrimoniais, resultado e compensação)
	Natureza das contas (devedoras e credoras)
Método das partidas dobradas - lançamentos a débito e a crédito das contas	Método das partidas dobradas
	Mecanismos de débito e crédito
Registro das operações no Razão e no Diário	Lançamento (elementos essenciais, fórmulas) Livros utilizados na escrituração
Livros auxiliares do razão	Livros utilizados na escrituração
Balancete de verificação	Balancete de verificação
Plano de contas	Conceito

As variações do patrimônio líquido: Receita, despesa e resultado do exercício	a) <b>Patrimônio e Variações Patrimoniais:</b> Apuração do resultado (receitas e despesas)
Registro contábil das operações que geram receitas e despesas	
Encerramento das contas de resultado	
Demonstração do Resultado do Exercício	
Regimes contábeis de caixa, competência e misto	b) <b>Plano de contas e procedimentos de escrituração:</b> regime de caixa X regime competência
Registro das operações decorrentes do regime de competência dos exercícios	
Consumo de ativos permanentes: Depreciação, amortização e exaustão	c) <b>Mensuração e reconhecimento de operações:</b> métodos de depreciação, de amortização e de exaustão
<b>Balanco patrimonial e demonstração do resultado do exercício:</b> Levantamento do balanço patrimonial: conceito, importância e apresentação	f) <b>Balanco Patrimonial:</b> Apresentação
	Aspectos conceituais
Elaboração da demonstração do resultado do exercício	g) <b>Demonstração do Resultado:</b> Apresentação
	Aspectos conceituais
<b>Princípios de contabilidade:</b> conceitos básicos	TEORIA DA CONTABILIDADE
<b>Outros assuntos:</b> Aspectos fundamentais da gestão; Ciclo de capital nas empresas; Períodos administrativos e exercícios financeiros; Fórmulas para apuração do réditto nas empresas comerciais; Resultado Extraoperacional	-

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2015).

Conforme demonstrado no Quadro 2, os conteúdos ministrados na disciplina de Contabilidade Introdutória têm forte ligação com os conteúdos abrangidos no exame de suficiência. Verificou-se que há conteúdos que são ministrados apenas de forma básica nessa disciplina e são aprofundados posteriormente na disciplina de Teoria da Contabilidade. Embora não seja o foco do estudo, constata-se que tais conteúdos não são encontrados no edital do exame na área de Contabilidade Geral, mas na área de Teoria da Contabilidade. Além disso, percebe-se que são ensinados outros assuntos que não são exigidos na prova. Apesar de tais conteúdos não serem cobrados no exame, são importantes por funcionar como base para o aprendizado mais aprofundado posteriormente.

Examinando-se a ementa referente à Contabilidade Intermediária, verificou-se as seguintes relações, consoante Quadro 4:

**Quadro 4 - Relação entre a disciplina de Contabilidade Intermediária da UFRGS e o Exame de Suficiência do CFC**

Conteúdo UFRGS	Conteúdo Exame de Suficiência CFC
Conceito do Balanço Patrimonial	<b>f) Balanço Patrimonial:</b> Apresentação
Importância e Finalidade do Balanço Patrimonial	Aspectos conceituais
Estrutura do Balanço Patrimonial	Finalidades e normatização
Conceito da Demonstração do Resultado do Exercício	Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, Patrimônio Líquido
Importância e Finalidade da Demonstração do Resultado do Exercício	<b>g) Demonstração do Resultado:</b> Apresentação
Principais Componentes da Demonstração do Resultado do Exercício	Aspectos conceituais
Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício	Finalidades e normatização
Estoques: conceito e composição	Elementos
Custo das Mercadorias Vendidas	Forma de elaboração
Inventário Permanente	<b>c) Mensuração e reconhecimento de operações:</b> Estoques
Inventário Periódico	Apuração do custo das mercadorias
Importância da Exatidão dos Inventários	Produtos e serviços vendidos (inventário periódico e inventário permanente)
Devoluções de Mercadorias (Compra e Venda)	Transações de compras e vendas e transações de mercadorias
Abatimentos ou Descontos Incondicionais (Compra e Venda)	Transações de mercadorias
Impostos Incidentes sobre Compras e Vendas	Tributos
Adiantamentos recebidos de clientes	<b>p) Operações fiscais, tributárias e de contribuições:</b> cálculo de impostos federais, estaduais e municipais
Adiantamentos pagos a fornecedores	<b>c) Mensuração e reconhecimento de operações:</b> Transações de compras e vendas
Perdas para Ajuste de Estoque ao Valor de Mercado	Constituição de provisões e demais operações necessárias à atividade das sociedades empresárias
Regimes de competência e de caixa	<b>b) Plano de contas e procedimentos de escrituração:</b> regime de caixa X regime competência
<b>Ajustes para o término do exercício:</b> Despesas de exercícios seguintes, material para escritório, despesas de salários e outros, receitas antecipadas	<b>c) Mensuração e reconhecimento de operações:</b> Receitas
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	Despesas
Aplicações Financeiras	Constituição de provisões e demais operações necessárias à atividade das sociedades empresárias
Operações de Empréstimos – Desconto de Duplicatas	Aplicações financeiras
	Receitas e despesas financeiras
	Empréstimos e financiamentos bancários
	Duplicatas descontadas
	Receitas e despesas financeiras
<b>Depreciação:</b> Taxas de Depreciação Adotadas Fiscalmente	Ativo imobilizado
Métodos de Depreciação	Métodos de depreciação
Bens Adquiridos Usados	

Amortização	Ativos intangíveis
	Métodos de amortização
Exaustão	Métodos de exaustão
<b>Folha de Pagamento:</b> Adiantamentos a empregados, diretores e viagens Encargos dos empregados e empresa Elaboração da Folha de Pagamento	Folha de pagamento
	<b>p) Operações fiscais, tributárias e de contribuições:</b> Contribuições previdenciárias
	Cálculo de FGTS

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2015).

Consoante depreende-se do Quadro 4, todos os conteúdos abordados na disciplina de Contabilidade Intermediária são exigidos no exame de suficiência do CFC. Tal fato demonstra que nesse ponto a ementa da UFRGS está alinhada com a prova de aptidão para o exercício da profissão.

O Quadro 5 elucida a relação entre o conteúdo da disciplina de Contabilidade Societária I e o exame em questão:

**Quadro 5 - Relação entre a disciplina de Contabilidade Societária I da UFRGS e o Exame de Suficiência do CFC**

Conteúdo UFRGS	Conteúdo Exame de Suficiência CFC
<b>Procedimentos contábeis relativos ao encerramento e destinação do resultado do exercício:</b> Apropriação de receitas e despesas ao resultado	<b>c) Mensuração e reconhecimento de operações:</b> apuração e destinação do resultado
Provisões do ativo e do passivo	Constituição de provisões
Participações	<b>g) Demonstração do Resultado:</b> Elementos
Distribuição do lucro do exercício: dividendos e constituição de reservas de lucros	<b>c) Mensuração e reconhecimento de operações:</b> apuração e destinação do resultado
Lucro fiscal e lucro contábil.	
<b>Avaliação patrimonial:</b> avaliação do Ativo e do Passivo	<b>d) Avaliação de Ativos e Passivos:</b> Custo histórico. Custo Corrente. Valor realizável. Valor presente. Valor justo. Valor recuperável de ativos. Atualização monetária. Método da equivalência patrimonial
<b>Balanco Patrimonial:</b> contas, grupos, critérios de avaliação e princípios contábeis	<b>f) Balanco Patrimonial:</b> Finalidades e normatização, critérios de classificação e avaliação, Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, Patrimônio Líquido
<b>Demonstração do Resultado do Exercício:</b> contas, grupos, critérios de avaliação e princípios contábeis	<b>g) Demonstração do Resultado:</b> Finalidades e normatização, forma de elaboração, elementos
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	<b>i) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:</b> Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos
Notas explicativas	<b>l) Notas explicativas:</b> Aspectos conceituais, finalidades, normatização, conteúdos
<b>Introdução a Demonstração do Fluxo de Caixa:</b> direto e indireto	<b>j) Demonstração dos Fluxos de Caixa:</b> Apresentação, aspectos conceituais
Demonstração do Valor Adicionado	<b>k) Demonstração do Valor Adicionado:</b> Apresentação. Aspectos conceituais. Finalidades e normatização. Forma de elaboração. Elementos

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2015).

Analisando o Quadro 5, verificou-se, então, que da mesma forma que a disciplina de Contabilidade Intermediária, a cadeira de Contabilidade Societária I também está em total conformidade com o conteúdo abordado no exame de suficiência do CFC.

Após analisada a ementa referente à Contabilidade Societária II e o edital do exame, os conteúdos de ambos foram relacionados da seguinte forma, como mostra o Quadro 6:

**Quadro 6 - Relação entre a disciplina de Contabilidade Societária II da UFRGS e o Exame de Suficiência do CFC**

<b>Conteúdo UFRGS</b>	<b>Conteúdo Exame de Suficiência CFC</b>
<b>Investimentos:</b> Conceitos e classificação contábil. Distinção entre temporários e permanentes. Evidenciação.	<b>c) Mensuração e reconhecimento de operações:</b> Demais operações necessárias à atividade das sociedades empresárias
<b>Avaliação de Investimentos Temporários:</b> Conceitos, tipos e classificação no Balanço Patrimonial. Critérios de avaliação: valor justo e custo de aquisição. Procedimentos contábeis	<b>d) Avaliação de Ativos e Passivos:</b> Custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente, valor justo, valor recuperável de ativos, atualização monetária, método de equivalência patrimonial
Propriedades para Investimentos: tratamento contábil	<b>c) Mensuração e reconhecimento de operações:</b> Demais operações necessárias à atividade das sociedades empresárias
<b>Participações Societárias:</b> Definição, Modalidades, Classificação no Balanço Patrimonial. Controle (direto e indireto) e influência significativa. Controladas e Coligadas	<b>d) Avaliação de Ativos e Passivos:</b> Custo histórico, método de equivalência patrimonial
<b>Participações Societárias:</b> Reconhecimento. Mensuração. Critérios de avaliação: método do custo. Procedimentos contábeis: dividendos e provisão para perdas para investimento avaliados pelo custo	Custo histórico
<b>Participações Societárias:</b> Investimentos Permanentes. Reconhecimento. Mensuração. Equivalência Patrimonial. Critérios de avaliação: método da equivalência patrimonial. Diferenças e aplicação dos métodos	Método de equivalência patrimonial
<b>Participações Societárias:</b> Procedimentos contábeis: lucros não realizados para investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, integralização de capital e variação do percentual de participação	
<b>Empreendimentos Conjuntos:</b> Joint Ventures: definição, modalidades, reconhecimento e mensuração	<b>n) Consolidação das Demonstrações Contábeis:</b> consolidação proporcional de investimento em empreendimento controlado em conjunto (Joint venture)
Consolidação das Demonstrações Contábeis: noções, objetivos, obrigatoriedade e papéis de trabalho	Conceito Fundamentos e procedimentos de consolidação
<b>Procedimentos de Consolidação:</b> Eliminação do Investimento, Patrimônio Líquido, Resultado da Equivalência, Participação Minoritária e Dividendos. Eliminação de saldos e operações intercompanhias, inclusive impostos não recuperáveis e provisões para perdas	<b>n) Consolidação das Demonstrações Contábeis:</b> Conceito, fundamentos e procedimentos de consolidação, tais como, eliminação de resultados não realizados das transações intragrupo, eliminação de ativos e passivos decorrentes de transação intragrupo e identificação da participação dos não controladores no patrimônio e resultado
Eliminação de lucros não realizados e IR/CSLL Diferido. Eliminação de impostos recuperáveis.	



<b>Combinação de Negócios:</b> Definição, identificação, reconhecimento e mensuração.	<b>m) Combinação de Negócios:</b> reconhecimento e mensuração de ativo identificável adquirido, de passivo assumido e de participação de não controlador na adquirida, ágio por expectativa de rentabilidade futura ( <i>goodwill</i> ) e compra vantajosa
Consolidação proporcional	<b>n) Consolidação das demonstrações Contábeis:</b> consolidação proporcional de investimento em empreendimento controlado em conjunto (Joint venture)
Aspectos contábeis da incorporação	<b>m) Combinação de Negócios:</b> Incorporação
Aspectos contábeis da fusão	Fusão
Aspectos contábeis da cisão	Cisão
<b>Outros assuntos:</b> Definição de Partes Relacionadas. Transações entre partes relacionadas	-

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2015).

Conforme demonstrado no Quadro 6, verifica-se que o item outros assuntos, embora seja ensinado pela UFRGS, não foi encontrado no exame de suficiência. No que diz respeito aos demais itens, pode-se inferir que foram encontradas analogias da totalidade dos conteúdos.

A última disciplina analisada foi a de Contabilidade Internacional, a semelhança de conteúdos é apresentada no Quadro 7:

**Quadro 7 - Relação entre a disciplina de Contabilidade Internacional da UFRGS e o Exame de Suficiência do CFC**

Conteúdo UFRGS	Conteúdo Exame de Suficiência CFC
<b>Demonstrações Financeiras:</b> Balanço Patrimonial (Demonstração da Posição Financeira)	<b>f) Balanço Patrimonial:</b> Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, critérios de classificação e avaliação, Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, Patrimônio Líquido.
Demonstração do Resultado do Exercício (Demonstração do Resultado)	<b>g) Demonstração do Resultado:</b> Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.
Demonstração dos Fluxos de Caixa	<b>j) Demonstração dos Fluxos de Caixa:</b> Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos. Método direto e indireto, Fluxo operacional, de investimento e de financiamento
Demonstração do Resultado Abrangente	<b>g) Demonstração do Resultado Abrangente:</b> Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	<b>i) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:</b> Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos
Notas Explicativas	<b>Notas explicativas:</b> Aspectos conceituais, finalidades, normatização e conteúdos
<b>Conversão das Demonstrações Financeiras:</b> Objetivos da conversão das demonstrações financeiras	<b>o) Conversão das Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira:</b> Técnicas e taxas de conversão, itens monetários e não monetários, ganhos e perdas
Conversão das demonstrações financeiras e contabilidade em moeda estrangeira	

Métodos de Conversão – FASB e IASB	
<b>Outros assuntos: Extensible Business Reporting Language (XBRL):</b> objetivos, componentes, relatórios financeiros sob a linguagem XBRL	-
<b>Contexto da Contabilidade Internacional:</b> Classificação dos Sistemas Contábeis, causas das diferenças internacionais, cenário atual: harmonização/convergência, padronização, convergência no Brasil	-
<b>Organismos Reguladores da Contabilidade:</b> internacionais, norte-americanos e nacionais	-
<b>Princípios Contábeis Geralmente Aceitos e Normas Contábeis:</b> internacionais (IFRS), norte-americanas (US GAAP), práticas contábeis adotadas no Brasil	-
Comparação das Práticas Contábeis nacionais, internacionais e norte-americanas	-

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2015).

Conforme explicitado no Quadro 7, há intensa ligação entre os conteúdos da UFRGS e do exame de suficiência do CFC. Além disso, existem múltiplos assuntos abordados pela disciplina que não fazem referência à assunto algum do exame.

Dessa forma, foram compilados todos os assuntos que não se relacionam, tanto no que diz respeito ao exame de suficiência, quando ao que diz respeito aos planos de ensino das disciplinas da UFRGS, consoante Quadro 8:

**Quadro 8 - Conteúdos da UFRGS e do Exame de Suficiência do CFC sem correspondência**

Conteúdo UFRGS	Conteúdo Exame de Suficiência CFC
Aspectos fundamentais da gestão; Ciclo de capital nas empresas; Períodos administrativos e exercícios financeiros; Fórmulas para apuração do réditto nas empresas comerciais; Resultado Extraoperacional	<b>a) Patrimônio e Variações Patrimoniais:</b> Atos e fatos contábeis (permutativos, modificativos e mistos)
Definição de Partes Relacionadas. Transações entre partes relacionadas	<b>b) Plano de contas e procedimentos de escrituração:</b> Teoria das origens e aplicação de recursos
<b>Extensible Business Reporting Language (XBRL):</b> objetivos, componentes, relatórios financeiros sob a linguagem XBRL	<b>c) Mensuração e reconhecimento de operações:</b> ativos biológicos, vendas de ativos diversos (ganhos e perdas), transações de fretes e seguros
<b>Contexto da Contabilidade Internacional:</b> Classificação dos Sistemas Contábeis, causas das diferenças internacionais, cenário atual: harmonização/convergência, padronização, convergência no Brasil	<b>h) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados:</b> Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos
<b>Organismos Reguladores da Contabilidade:</b> internacionais, norte-americanos e nacionais	<b>m) Combinação de Negócios:</b> extinção
<b>Princípios Contábeis Geralmente Aceitos e Normas Contábeis:</b> internacionais (IFRS), norte-americanas (US GAAP), práticas contábeis adotadas no Brasil	<b>p) Operações fiscais, tributárias e de contribuições:</b> conceitos, contabilização
Comparação das Práticas Contábeis nacionais, internacionais e norte-americanas	<b>q) Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações e as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade</b>

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2015).

No que se refere ao item “a” do exame de suficiência, verifica-se que poderia estar presente na cadeira de Contabilidade Introdutória. Quanto ao item “b”, cabe sugerir que tal conteúdo seja ministrado na disciplina de Contabilidade Introdutória, caso seja exigido apenas forma superficial ou na disciplina de Teoria da Contabilidade, se for abrangido de maneira mais aprofundada. O item “p” foi encontrado nas disciplinas de Contabilidade e Planejamento Tributário I e II.

Ademais, no que se refere ao item “q”- Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações e as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade, apesar de não apresentar relação direta com as disciplinas de Contabilidade Geral, subentende-se que é ministrado durante a totalidade do curso em todas as suas disciplinas, visto que é a base legal para o ensino de contabilidade.

Entende-se que existem conteúdos abrangidos pela UFRGS e não exigidos pelo exame pelo fato de a universidade não preparar o aluno apenas para a aprovação do exame, mas também para o exercício profissional de forma geral.

Da mesma forma que os estudos de Schmitz (2008) e de Silva e Souza (2012), os quais concluíram que os currículos da UFSC e da FACIP/UFU estão em consonância com o ENADE e o exame de suficiência, os resultados deste estudo encontraram que referente à Contabilidade Geral, o currículo da UFRGS está fortemente relacionado com as exigências do exame de suficiência do CFC, contemplando conhecimentos necessários para que o aluno se desenvolva na área acadêmica e profissional.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo analisar, com relação à área de Contabilidade Geral, em que medida os conteúdos ministrados na UFRGS estão relacionados com os conteúdos exigidos no exame de suficiência do CFC. Para tanto foram obtidos os planos de ensino das disciplinas que abordam conteúdos de Contabilidade Geral no curso de Ciências Contábeis da UFRGS e o edital da prova do primeiro semestre de 2015.

Partindo-se do pressuposto que o que consta nos planos de ensino é o efetivamente trabalhado e ensinado em sala de aula, foi possível verificar que a maior parte dos conteúdos do exame está inclusa nas disciplinas de Contabilidade Geral da UFRGS, de maneira que os

conteúdos abrangidos pela UFRGS e pelo exame de suficiência do CFC estão fortemente relacionados.

Constatou-se, também, que há apenas seis itens que não são encontrados nos planos de ensino das disciplinas da UFRGS, quais sejam: a) Patrimônio e Variações Patrimoniais: Atos e fatos contábeis (permutativos, modificativos e mistos); b) Plano de contas e procedimentos de escrituração: Teoria das origens e aplicação de recursos; c) Mensuração e reconhecimento de operações: ativos biológicos, vendas de ativos diversos (ganhos e perdas), transações de fretes e seguros; h) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados: Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos; m) Combinação de Negócios: extinção; e p) Operações fiscais, tributárias e de contribuições: conceitos, contabilização.

Portanto, a partir deste estudo os coordenadores do curso de Ciências Contábeis da UFRGS conseguem ter um maior conhecimento dos conteúdos ministrados nas disciplinas referentes à área de Contabilidade Geral, os quais podem ser aprimorados para contemplar as exigências do exame de suficiência do CFC. A pesquisa limitou-se às questões de Contabilidade Geral. Para estudos futuros, sugere-se que seja pesquisado a respeito dos demais conteúdos abordados no exame de suficiência. Outro estudo que se pode realizar é a relação entre o currículo da UFRGS e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marco Aurélio Gomes. **Origem e evolução do ensino da contabilidade no Rio Grande do Sul: um estudo histórico do curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei N° 7.988, de 22 de Setembro de 1945**. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei N° 9.295, de 27 de Maio de 1946**. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De19295.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19295.htm)>. Acesso em: 21 jun. 2015.

BRASIL. **Lei Nº 1.401, de 31 de Julho de 1951.** Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de Historia Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1401-31-julho-1951-375767-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 21 jun. 2015.

BRASIL. **Lei Nº 6.404/1976, de 15 de Dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm)>. Acesso em: 19 nov. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 12.249/2010, de 11 de Junho de 2010.** Institui o Exame de Suficiência na área Contábil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112249.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2014.

CAMPOS, Larissa Couto; LEMES, Sirlei. Análise comparativa entre o Currículo Mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR e as Universidades Federais da Região Sudeste. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 3., João Pessoa/PB, 2011. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/eneq\\_2011/ENEPQ419.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/eneq_2011/ENEPQ419.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2015.

CARNEIRO, Juarez Domingues et al. (Coordenador). **Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis.** 2. ed. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009.

CAVALCANTE, Danival Sousa et al. Adequação dos Currículos dos Cursos de Contabilidade das Universidades Federais Brasileiras ao Currículo Mundial de Contabilidade e o Desempenho no Enade. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro V. 13, n 50, p. 42-52, jan/abr 2011.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica:** para uso de estudantes universitários. 4. ed. São Paulo: Mcgraw-Hill, 1996.

CHIARINI, Tulio; VIEIRA, Karina Pereira. Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, p. 117-132, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402012000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402012000100006)>. Acesso em: 21 abr. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Exame de Suficiência Como Requisito para Obtenção de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC).** Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2014/12/Edital\\_1\\_2015.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2014/12/Edital_1_2015.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 1.373, 08 dez 2011.** Normas Brasileiras de Contabilidade, ano. Dispõe sobre o Exame de Suficiência como requisito para obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). BRASÍLIA-DF, 08 dez 2011. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1373-2011.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dez. de 2004**. Institui as diretrizes nacionais curriculares para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. In: Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior. Legislação Republicana Brasileira. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

CORAZZA, Gentil (Org.). **História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FERNANDES, Waldir Aparecido; ANTUNES, Maria Auxiliadora. O Profissional da Contabilidade – Um perfil da atualidade. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (INIC), 14., 2010, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos: INIC, 2010. Disponível em: <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2010/anais/arquivos/0368\\_0721\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0368_0721_01.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2014.

FROSI, Miriam; OTT, Ernani; GRANDO, Tadeu. Análise do Alinhamento dos Currículos dos Cursos de Ciências Contábeis de IES da Região Sul do Brasil com a Proposta de Currículo do Conselho Federal de Contabilidade. In: ENCONTRO DA ANPAD, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ENAPAD, 2013. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013\\_EnANPAD\\_EPQ669.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EPQ669.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2014.

HEIN, André Fernando; KOTTWITZ, Gabriele; WISSMANN, Martin Airton. Contabilidade de Custos: a relação entre os conteúdos ministrados pelas IES e os conteúdos exigidos no Exame de Suficiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 19., 2012, Bento Gonçalves. **Anais eletrônicos...** Bento Gonçalves: ABC, 2012. Disponível em: <<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/359/359>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

KOLIVER, Olívio. As diretrizes curriculares e a formação dos contadores. São Paulo, 1999a. In: **Olívio Koliver: uma vida dedicada à cultura e profissão contábil**. Porto Alegre: Conselho Federal do Rio Grande do Sul, 2009, p. 738-749.

\_\_\_\_\_. O exame de suficiência e as prerrogativas profissionais. Porto Alegre, 1999b. In: **Olívio Koliver: uma vida dedicada à cultura e profissão contábil**. Porto Alegre: Conselho Federal do Rio Grande do Sul, 2009, p. 750-756.

\_\_\_\_\_. A formação integral do contador e a sua habilitação ao exercício profissional. Salvador, 2005 In: **Olívio Koliver: uma vida dedicada à cultura e profissão contábil**. Porto Alegre: Conselho Federal do Rio Grande do Sul, 2009, p. 1010-1022.

MARTINS, Eliseu et al. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MULATINHO, Caio Eduardo Silva. **Educação contábil: um estudo comparativo das grades curriculares e da percepção dos docentes dos cursos de graduação das universidades federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, referentes ao programa mundial de estudos em Contabilidade proposto pela ISAR/UNCTAD/ONU**. 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em

Ciências Contábeis. Universidade de Brasília. Universidade Federal da Paraíba. Universidade Federal de Pernambuco. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Recife, 2007.

Disponível em:

<[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2700/1/Dissert\\_Caio%20Eduardo%20Mulatinho.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2700/1/Dissert_Caio%20Eduardo%20Mulatinho.pdf)>. Acesso em: 04 maio 2015.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos da Pesquisa Contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade empresarial e societária**. Curitiba: IESDE, 2010.

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista Administração online – FECAP**, v. 5, n. 3, p. 39-54, 2004.

Disponível em: <[http://www.fecap.br/adm\\_online/art0503/art5034.pdf](http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5034.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2015.

PINHEIRO, Augusto César Barros Almeida et al. A história do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **Revista ConTexto**. Porto Alegre, v. 11, n. 20, p. 85-97, 2º semestre 2011.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SCHMITZ, Janaina Lopes. **Do currículo aos exames nacionais: uma análise da aderência do currículo do curso de Ciências Contábeis da UFSC às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao ENADE e ao Exame de Suficiência do CFC**. 2008. 291 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC), 2008.

SILVA, Marli Auxiliadora; SOUZA, Kamyra Gomes. Contabilidade de Custos e exames nacionais: análise da aderência dos conteúdos curriculares ao ENADE e Exame de Suficiência do CFC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 19., 2012, Bento Gonçalves. **Anais eletrônicos...** Bento Gonçalves: ABC, 2012. Disponível em:

<<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/358/358>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

SILVA, Oscar Lopes da; COLAUTO, Romualdo Douglas. Habilidades Conceituais, Procedimentais e Atitudinais e o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. In: CONGRESSO ANPCONT, 8., 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPCONT, 2014. Disponível em:

<[http://www.furb.br/\\_upl/files/especiais/anpcont/2014/356\\_3.pdf?20140810173850](http://www.furb.br/_upl/files/especiais/anpcont/2014/356_3.pdf?20140810173850)>. Acesso em: 23 mar. 2015.

SZUSTER, Natan et al. **Contabilidade Geral: introdução à Contabilidade Societária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TEDESCO, Keila Viviane. Elementos da Contabilidade Gerencial e desempenho no ENADE: um estudo nos cursos de graduação em Ciências Contábeis de SC. In: XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 19., 2012, Bento Gonçalves. **Anais eletrônicos...** Bento Gonçalves, CBC, 2012. Disponível em:

<<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/362/362>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

VENDRUSCOLO, Maria Ivanice; BEHAR, Patrícia Alejandra. Educação e Pesquisa em Contabilidade: Estado da Arte do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade do Período de 2004 a 2012. **Revista Ambiente Contábil** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 6, n. 1, p. 83-98, jan. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4252>>. Acesso em: 03 maio 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Planos de Ensino**. Disponível em: <<https://www1.ufrgs.br/intranet/portal/public/index.php?cods=1,1,2,4>>. Acesso em: 25 jun. 2015.